

FRONTEIRA E CULTURA DE ORLA: GRUPOS SOCIAIS E MUDANÇA SOCIAL NA FRONTEIRA ENTRE CHAVES E VERÍN¹

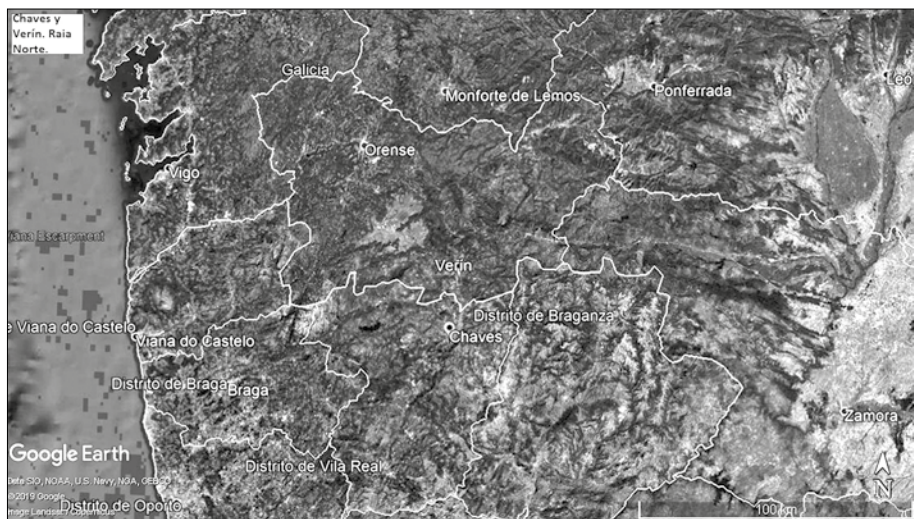
Paula Godinho

Departamento de Antropologia e
Instituto de História Contemporânea
p.godinho@fcs.unl.pt

“En se montrant attentive à l’enchaînement des situations concrètes, l’ethnographie devrait être en mesure de mettre en évidence les divers champs du discours où coexistent propos officiels, élucubrations marginales, conceptions faisant l’unanimité ou partagées seulement par quelques-uns, énoncés interdits ou exceptionnelles et, même, en deçà de tout ce que l’on peut entendre, propositions impensées; sans que ces dernières, toutefois, se voit dotées d’un privilège heuristique particulière.”

Alban Bensa, 2006, *La fin de l’exotisme*

(1) Uma primeira versão deste texto foi publicada numa obra, coordenada por Xerardo Pereiro, e há muito esgotada. Fez-se uma ligeira actualização do que fora publicado então, “Grupos sociais e culturas de orla em mudança na fronteira entre Chaves e Verín” in Xerardo Pereiro, coord. Fronteiras e identidades raianas entre Portugal e Espanha, Vila Real, UTAD, 2008. Agradeço a Xerardo Pereiro e à UTAD a autorização de republicação. Trata-se de uma achega bibliográfica para dois projectos em que me encontro envolvida: *Transiciones a la democracia en el sur de Europa y en América Latina: España, Portugal, Argentina y Chile*, financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad do Espanha, coordenado por Carme Molinero (UAB) y Pere Ysàs (UAB), que se concluiu em 31/12/2019 (Referencia: HAR2015-63657-P); *REVFAIL: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries*, no âmbito do programa RISE, Marie Skłodowska Curie Actions, (H2020-MSCA-RISE, Grant Agreement: 823998), 2019-2022.



Nos anos 1980, quando pela primeira vez me desloquei à raia entre Trás-os-Montes e a Galiza, a erosão demográfica já fizera esvaziar este contexto. Pelas aldeias, trabalhavam nos campos mais mulheres do que homens, a pluriactividade era corrente, a Guarda-Fiscal ou a Guardia Civil, bem como outras forças militares e militarizadas, eram consideradas fontes de emprego aceitáveis, por garantirem um ordenado seguro. O arado radial, que acompanhara nos últimos 2000 anos a vida dos agricultores nesta região, era utilizado na lavra das vinhas, na apanha da batata e nas leiras em que o tractor entraria com mais dificuldade. Hoje encontramos arados, enxadas e jugos a decorar as paredes dos alpendres e adegas das casas de antigos lavradores ou nos restaurantes com nomes que resumam a uma ruralidade que declinou. É corrente que nos digam que «*aqui não há futuro*», nestas terras que envelheceram e que só ganham alguma vitalidade no mês de Agosto.

Quando, no final do ano de 2017, me desloquei a Mandin, no concelho galego de Verín, em busca dum amigo, à noite, só se vislumbrava luz em duas das poucas casas habitadas todo o ano, cujas residentes não abriam a porta, num caso por não ouvir, devido à surdez, no outro por medo, ao saber que aldeia estava praticamente deserta. Em cada uma destas casas só reside uma mulher, em ambos os casos idosas a viver de pensões. Só o bar, designado «Tasca do Chico» continuava a dar alguma vitalidade à noite, como ponto de encontro

de rainos. Já pouco cuidam dos terrenos que, como nas aldeias portuguesas vizinhas, prolongam os pousios. Só um vizinho tem vacas, outro faz vinho, e grande parte vive das pensões ou do subsídio de desemprego. Salvo algum nostálgico, os Reis já não se cantam em várias quadrilhas e não há jovens para receber as oferendas de fumeiro destinadas ao consumo juvenil grupal nessa ocasião. O *Entroido*, celebração interdita durante o franquismo devido ao uso das máscaras e por incitar à luxúria (Fernández Santander, 2000:378-9), ainda assim festejado num formato duplamente transgressor pelos jovens da aldeia, atirando aos vizinhos a cinza que se acumulava nas lareiras, tinha em Mandin uma particularidade, introduzida por um vizinho português que aqui casara. Esse homem usava uma máscara com um touro, envolvido numa manta, com uma cauda de tojo, que servia para picar as raparigas, numa prática bastante semelhante à da *morena* em Laza, que tem conhecido grande incremento turístico na zona. À noite, na terça-feira gorda, uma mulher era conduzida pelas ruas, em grande algazarra, numa urna funerária improvisada. Outra vizinha, na quarta-feira de Cinzas, procedia ao *reparto do burro*, um testamento burlesco. Um habitante local, que no Verão recolhia sempre uma cobra num cântaro, aproveitava o *Entroido* para assustar com ela mulheres e crianças. Estes episódios, juntamente com os exageros alimentares da época, assentes no consumo de porco em *cocido* e *paloio*, um enchido gordo com abóbora (*cabaço*), aludem à vitalidade do contexto local até aos grandes fluxos migratórios. São meramente recordados, mesclados por vários episódios que lembram o medo de festejar de que a ditadura imbuuiu os residentes nas aldeias do Estado espanhol. Os poucos habitantes locais que podem deslocar-se, vão hoje a Laza e a Verín assistir aos desfiles dos *peliqueiros* e *cigarróns* do *Entroido*, celebração que foi declarada *Festa de Galicia de Interesse Turístico* em 2000.

Estão longe os tempos em que o *Cimo* e o *Fundo* do lugar rivalizavam com o fogo de artifício encomendado para as festas, com as partes «rica» e «pobre» da povoação a digladiarem-se ritualmente. A procissão do *Corpus* transitou de 5^a feira para domingo para conseguir gente e, na actualidade, os habitantes de Mandin juntam-se para a festa da padroeira, que se mantém em Agosto, para a qual se contratam conjuntos musicais e gaiteiros. Até aos anos 1960, no dia da festa patronal,

“Comíamos pão de trigo. Não se comprava, éramos muitos e quando havia centeio...Mas quando era a festa havia trigo, matava-se uma pitinha e uma miguinta de vitela. Não havia dinheiro nem havia onde comprar. Agora vais ao supermercado e

há tudo, tudo, tudo, mas antes não havia. Só uma taberninha. Eu dizia para a minha mamã: «Ai mamã, eu só queria casar com um home que me dera a comer pan de trigo a prazer e dormir o sono pela manhã.» Isso era verdade, porque quando um neno tem doze, trece, catorze anos, quer dormir. Nesse tempo, tinha que se levantar às seis para ir trabalhar ao monte. Às nove da manhã vínhamos para a escola, que ganas tinha uma criatura de estudar? Ia a Lamadarcos com o peixe e depois ia para a escola pola tarde. Mal alimentados, porque por muito que diga muita gente, foi tudo, muita fome no pós-guerra.” (Esperanza González, nascida em Mandin em 1935, entrevista de 2006)

Recentemente, a cerimónia estival é complementada por uma dionisíaca celebração que louva as relações de fronteira, inventada há poucos anos por um entusiasta local, a *Festa das Adegas*. É grande o contraste entre a aldeia oca do Inverno e a animação que Mandin ganha no Verão, com as ruas cheias de gente, os automóveis a circular em constantemente pelos caminhos, as festas exuberantes e os cafés animados com emigrantes em gozo de férias. O mesmo se passa com Soutelinho da Raia, em que numa rua com 19 casas só três estão habitadas, com um casal idoso e duas viúvas. Vilarelho da Raia não tem gado e é preciso esperar por Agosto para que haja mais gente a circular, automóveis a cruzarem-se nas ruas estreitas e jovens em grupos. Em todas, casas que até há trinta anos serviam de abrigo a famílias grandes estão em ruínas. Muitas das novas construções são «fogos apagados». Estas aldeias com duas faces, correspondentes às estações, constituem retratos do momento actual que, no entendimento de José Portela, não é já «Mundo Rural», porque *“A coisa nomeada, para além de nunca ter tido ou dado prestígio social, está a ficar cada vez mais pequena e mais mirrada. Se a realidade em causa é um mundo, este é um mundo cada vez mais físico e menos social. Os campos murados, cultivados e arborizados, formando uma paisagem humanizada, dão lugar a espaços sem controlo social imediato.”* (Portela, 1999:50).

Parte-se deste contexto carregado de passado – e que encontra uma *raison d’être* na emblematização, dum conjunto de elementos dele provenientes, levada a cabo por agentes locais – para interrogar as lógicas da mudança neste troço de fronteira, em que o dia-a-dia se apresentou cerzido longamente nas rotinas de contacto e na assunção duma lógica comum, apreensível entre vi-

zinhos e distanciada da que emanava dos centros de poder². Ainda que se tenham mantido certas características estruturais inerentes a uma *cultura de orla*, os processos recentes acentuaram transformações nas formas reprodutivas³. Na passagem do singular ao global, com a descontextualização consequente, que extrai arbitrariamente os factos sociais das contingências que lhes dão razão de ser (Bensa, 2006:9), torna-se evidente que a realidade é constituída por uma totalidade de processos interconectados, legível nos quotidianos específicos da orla, no tempo e no espaço. A localidade é o lugar privilegiado das relações da interacção social e a ela se associa a produção de memórias comuns.

Os habitantes de Vilarelho da Raia, Rabal, Cambedo, Casas dos Montes, Mandin, Lamadarcos, Feces, Vila Verde da Raia, Soutelinho, Videferre e de tantas outras povoações deste troço raiano, criaram uma história que enquadra num mesmo campo as povoações localizadas em determinado raio e expressam-se a partir de um conjunto de representações colectivas que transvazam a linha delimitadora dos Estados-nação. A fronteira, neste espaço de orla, enquadra um idioma comum. Um passeio pelas ruas destas aldeias permite-nos detectar, na qualidade e quantidade de novas casas, três tipos de afluxos materiais: por um lado, o que proveio do contrabando, de que se ocuparam de forma intensa os seus habitantes, aproveitando a localização e retirando benefícios da raia seca. Por outro, os fundos originados nos processos migratórios que resultaram em enriquecimento. Finalmente, o que resulta da incorporação nas forças militares e militarizadas em ambos os países. Se a primeira forma de acumulação foi frequentemente complementar à actividade agrícola, constituindo uma estratégia integrada, já a saída constitui uma modalidade diferente.

A desarticulação da vida nos campos tem grandes similitudes, em ambos os lados da fronteira entre o concelho de Chaves, em Portugal e os concelhos de Cualedro, Oimbra, Verín e Vilardevós, na comarca de Verín, na Galiza,

(2) Fundir-se-ão materiais já conhecidos (Godinho, 1995; Godinho, 2003; Godinho 2005a; Godinho, 2005b; Godinho, 2006: posfácio) com novas aproximações, resultantes quer de dados etnográfico-históricos mais recentes, quer de aprofundamentos de âmbito teórico.

(3) Segundo Lois González (1997:137), os concelhos da fronteira converteram-se numa espécie de finisterra artificial, que vai dependendo cada vez mais das cidades que se situam frequentemente a várias dezenas de quilómetros dentro do território do estado respectivo.

integrada no Estado Espanhol, e ajuda a perceber os incêndios de Verão que, pelas suas grandes proporções, atormentam as noites e os dias dos habitantes e visitantes estivais. O processo de desligamento relativamente a um conjunto de elementos que marcavam a anterior sociedade rural, se bem que generalizado, quer em Espanha quer em Portugal, reveste-se de leituras específicas nesta zona de raia, acentuando paradoxalmente a existência duma fronteira, num momento que coincide com a sua eliminação em virtude da integração num espaço transnacional, a União Europeia. Depois da plenitude na ocupação da terra nos anos de 1950, o crescendo da desertificação – sobretudo dos campos, conseguindo algumas cidades do interior recuperar ligeiramente as perdas demográficas nos últimos anos – é antes de mais o sinal do progressivo desaparecimento de um modo de vida, num e noutro lado da fronteira⁴.

Uma mulher nascida em Vilarello de Cota, no concello de Vilardevós, afirma que *“O mundo deu assim um giro muito forte há 25 anos. Antes era tudo muito pausado, mais a modo. Agora é tudo muito rápido. Na vida real de agora, a xente não dá apreendido. E antes não, o tempo não passava.”* (Paquita Fernández Nuñez, 52 anos em 2006, proprietária de empresa em Rabal). Num contexto que mudou, desligando o espaço rural da agricultura, como alertavam Joaquim Pais de Brito (1996) e Fernando Oliveira Baptista (1996), as alterações recentes tiveram reflexos significativos na relação entre a sociedade e o espaço. Aumentou a florestação dos terrenos por cultivar e o abandono, ou surgiram novas utilizações, em função da procura urbana. Essas alterações traduziram-se numa diminuição de ¼ dos efectivos da população activa agrícola, no estado espanhol, entre 1960-1970, enquanto em Portugal seria de 31% (Baptista, 2004). Na década de 1950, quer em Portugal, quer em Espanha, mais de metade da população activa dedicava-se à agricultura, que contribuía com 30% do PIB. Hoje, são menos de 10% os que trabalham a terra e essa actividade constitui

(4) Já nas décadas de 1960-70 Paula Lema detectava em Tourém uma alteração, que viria a acentuar-se até à actualidade: *“Um indicador de que houve uma mudança radical dos movimentos de população é o facto de, até á década de 40, serem frequentes os casamentos realizados entre habitantes de Tourém e os de aldeias vizinhas, como Randim, Requias, Rio Seco; residem ainda hoje em Tourém as mulheres galegas desses matrimónios. Actualmente não se realizam casamentos em Tourém, porque a população jovem emigra, persistindo apenas as pessoas idosas.”* (Lema, 1978: 139). Num relatório da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional refere-se que *“Dum modo geral, a zona de fronteira Portugal-Espanha é uma zona de declínio demográfico, consequência do êxodo da população, sobretudo a rural e também, do seu fraco crescimento natural.”* (DGDR, 2001:11)

menos de 4% do PIB (Baptista, 2004)⁵. Nas aldeias galegas, como no espaço português limítrofe, a viabilidade económica das explorações está limitada pela insuficiente dimensão das terras e as pequenas unidades produtivas só persistem devido aos ingressos que provêm de outras actividades e de pensões (Sineiro, 1999:26).

O *“declínio de um tempo longo”* (Baptista, 1996), marcado inicialmente pelo intenso êxodo rural, torna visíveis em tempos mais recentes, as alterações decorrentes do processo de integração numa unidade político-económica mais vasta, a União Europeia. Num relatório de 2001, a Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, em Portugal, exorta a que *“se dinamizem as zonas da fronteira portuguesa, sob pena destas áreas perderem a pouca capacidade atractiva que lhes resta, em favor das zonas espanholas vizinhas, melhor equipadas e por conseguinte mais atractivas e polarizadoras.”* (DGDR, 2001:6)⁶. Ainda que saliente o papel desenvolvido pela criação de *“rotas temáticas”*, pela valorização das designadas *“Aldeias históricas”* e dos sítios arqueológicos, enfatizando desse modo a riqueza e a diversidade do património, como suporte ao sector do turismo, *“os problemas e as debilidades das zonas de fronteira, sobretudo as zonas do interior, são claramente estruturais, em consequência do seu isolamento e da sua localização periférica e marginal.”* (DGDR, 2001:7). Se é inegável que o distanciamento relativamente aos centros pode contribuir para a situação actual, outras alterações na sociedade local, nomeadamente nos últimos cinquenta anos, merecem ser interrogadas. Afastando o desenvolvimento das regiões de fronteira da aposta no seu tecido rural ligado à agricultura, este relatório é enfático nas suas pro-

(5) Se em Espanha fora feito o emparcelamento de 5,2 milhões de hectares, até 1985, já no caso português esse fenómeno não viria a ter idêntica expressão. Até 1973, só 107 ha seriam emparcelados, e até 1991, 8,4 mil ha (Baptista et al cit. Baptista, 2004:24)

(6) No mesmo relatório são destacados problemas comuns às zonas de fronteira: queda demográfica que afecta os centros urbanos e a criação e/ou manutenção de serviços e equipamentos; desequilíbrio da rede urbana, com inexistência de uma hierarquia de centros; falta de infraestruturas e de equipamentos que confirmam qualidade de vida às populações; escasso desenvolvimento económico e social; declínio dos centros de apoio rural; tecido empresarial débil; escassa utilização de recursos endógenos (DGDR, 2001:7)

postas sobre a «*necessidade de continuar a reforçar os centros urbanos desta zona*» (DGDR, 2001:28)⁷.

Num texto sobre as mudanças na Terra Fria de Trás-os-Montes, Orlando Rodrigues nota que até ao fim da II Guerra Mundial se verificou um crescimento demográfico, motivado pelas dificuldades à emigração na conjuntura da Depressão, a que se seguiu a da guerra. Inverteu-se, então, esta tendência, devido à frágil capacidade da região para sustentar a população em crescimento e, por outro lado, à atracção das zonas litorais, devido ao arranque do modelo de crescimento baseado na industrialização (Rodrigues, 1996). Desde os anos 1980 que se verifica uma recuperação mas, *“De uma economia essencialmente agrícola, a região passou para uma actividade económica partilhada entre a agricultura e o sector terciário, mantendo-se a indústria a níveis muito reduzidos. (...) O mercado de emprego não agrícola, dominado pelo sector terciário, o forte peso da agricultura e a importância das transferências de rendimentos (seja por via da emigração seja das prestações sociais) são, portanto, os aspectos globais que marcam mais decisivamente as condições específicas de reprodução das famílias na região.”* (Rodrigues, 1996:388)

No caso galego, a ruptura do modelo tradicional de uso integrado de terras de cultivo e do monte, com o abandono deste, limitou a capacidade produtiva e degradou a paisagem, provocando problemas no meio ambiente e facilitando a propagação de incêndios (Sineiro, 1999:1). Segundo Edelmiro López Iglesias, o trabalho foi largamente substituído pelo capital, com uma intensa redução da mão-de-obra desde os anos de 1960 (1999:1). Os números de 1996 indicavam que existiam então na Galiza 1565000 títulos de cadastro, ainda que aqueles que trabalhavam na agricultura em 1999 fossem 150 000 – ou seja, mais de um milhão de proprietários não trabalhavam as suas terras (López Iglesias, 1999:25).

O «efeito-fronteira», que condiciona o desenvolvimento de uma região localizada junto ao limite político (Moreira, 2001:*passim*), conjuga-se, no caso

(7) “As zonas de fronteira portuguesa, principalmente as zonas do interior, deverão apostar no reforço das estruturas da sua rede urbana, que deverá estar apoiada em centros, que podendo ser de pequena e média dimensão, formem conjuntos urbanos significativos, que estejam convenientemente infraestruturados e equipados, de modo a potenciarem o desenvolvimento das actividades económicas e sociais da sua região envolvente.” (DGDR, 2001:30)

da Península Ibérica, com uma litoralização que esvaziou o centro⁸. A recessão demográfica e económica confere a esta zona certa tendência repulsiva, acentuada pelo envelhecimento da população, na actualidade, que conduz a um menor número de saídas (Moreira, 2001:74-5)⁹. O distanciamento da agricultura, resultante da aceleração de processos globais, detectáveis nos movimentos migratórios e nas actuais estratégias de centro dos dois Estados, favoreceu no caso galego os núcleos urbanos perto da fronteira, em detrimento das aldeias. Aí, o êxodo verificou-se a partir dos aglomerados rurais, enquanto do lado português se despovoaram as aldeias e as cidades de fronteira, tendo uma consequência idêntica: *“a marginalização destas regiões raianas e a incapacidade de ultrapassarem a recessão demográfica e económica.”* (Moreira, 2001:77)¹⁰.

Num lado como noutro da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza, o desenvolvimento dos processos centrais revestir-se-ia de grandes semelhanças e, pela aceleração do desligamento da agricultura que se seguiu aos anos 1950, cresceu a desertificação.¹¹ Raras são as terras cultivadas com centeio, antes o centro da produção de cereal, complementado de seguida com o chicharo. São hoje escassas as trocas de trabalhos, denominadas nestas aldeias *tornaxeira* ou *tornajeira*, que associavam fainas esgotantes a uma comensalidade melhorada e festiva, permitindo desempenhar tarefas inadiáveis num curto período de tempo sem pagamento de mão-de-obra, através de grandes equipas de trabalhadores.

(8) Toda a fronteira portuguesa está localizada nas regiões ditas «deprimidas» da PI, aplicando-se-lhe o artigo 130A do Acto Único que visa reduzir desequilíbrios regionais (Moreira, 2001:17).

(9) Num trabalho sobre a fronteira na Beira, Ana Castela salienta que «Também por ser zona de fronteira temos, por um lado forças centrípetas de carácter nacional de acordo com diferentes conjunturas e interesses políticos e ao mesmo tempo forças centrífugas que se manifestam em relações a maior parte das vezes semi-permanentes com importantes laços de união entre os dois lados da fronteira» (Castela, 2000:75-6)

(10) Ao contrário do que consideram os responsáveis pelas propostas para o desenvolvimento regional, os “fortes laços e a cooperação transfronteiriça que se desenvolveram entre o Norte de Portugal e a Galiza” não são uma consequência, no contexto estudado das «fortes acessibilidades existentes» (DGDR, 2001:38), e pode dizer-se que a invisibilidade da fronteira conduziu, até, a uma atenuação das relações.

(11) Como nota José Portela para o caso transmontano, “Tal como a borboleta livre não se espelha na pupa enclausurada e imóvel, também o meio rural de hoje não se revê no de meados do século. A configuração e o cariz agrícola e rural do país dos anos 50 desapareceram.” (Portela, 1999:49).

“Antes a gente axudava-se mutuamente, à noite íamos uns para casa dos outros. Lembro-me eu na minha criança, ou para a casa dos tios ou dos amigos mais perto, com que tínhamos mais contactos, ficávamos todos ali de noite à conversa. O vizinho era um familiar mais. (...) Já não há, agora a xente está muito independente. Antigamente havia muitos trabalhos que eram familiares ou de amigos, na recolheita de cosechas e assim. Agora não, ou melhor numa festa se juntam os amigos mais perto, depois um está a trabalhar fora e não pode vir, porque está debaixo de um ordenado, salários, as crianças não podem vir porque estão a estudar, tudo isso vai criando...” (Paquita Fernández Nuñez, 52 anos em 2006, proprietária de empresa em Rabal)

Com a perda de abrangência da agricultura na ocupação do espaço rural, novas maneiras de utilização desse mesmo espaço foram postas em prática. O *exterior*, nota Manuela Ribeiro para o contexto barrosão, tornou-se central na reprodução económica das famílias. O esvaziamento desta zona serviu também de argumento ao desinvestimento público, encerrando-se escolas, suprimindo consultas médicas e eliminando transportes, tornando pouco atractivas as condições para a vida rural. As famílias ligadas à agricultura articulam hoje os ganhos desta actividade com outros de proveniência distinta: mercado de trabalho assalariado, prestações sociais, receitas da emigração. A flexibilidade e a criatividade trouxeram *“um imenso património de saberes”*, objecto de pouco interesse por parte dos promotores de acções de desenvolvimento rural e agrícola (Ribeiro, 1997). Os lameiros estão parcialmente abandonados, com o declínio da pecuária, salvo no Barrosó, em que a recuperação da raça barrosã vem sendo feita a partir do Salto (Rebelo, 1996). A construção civil, devido ao desenvolvimento urbano de Chaves e Verín, à edificação de segundas residências e aos melhoramentos nas habitações anteriores tem servido de mercado de trabalho opcional, ocupando 18% dos activos da zona galega raiana. Também em Verín e Chaves, os estabelecimentos termais, que desde a segunda década do século XX ganharam importância, e as empresas de engarrafamento de águas fornecem alguns empregos.

Muitos dos aldeões, na actualidade, têm grande parte dos seus filhos a residir longe. Os registos paroquiais dão conta dum escasso número de baptismos, as escolas locais encerram e os meninos dumas aldeias são desviados para outras, para as vilas e as cidades. A desvalorização do valor de uso da terra não significa, todavia, que o seu preço tenha decaído, devido ao crescendo do valor de troca. A terra passou a constituir sobretudo um património e tornou-se uma retaguarda protectora, que é olhada e tratada como uma

mercadoria. Para o contexto do Barroso, *“Ser capaz de fazer chegar intacto ou, de preferência, acrescentado à geração seguinte o património que se recebeu da precedente, aparece, ainda agora, como um dos elementos mais determinantes no julgamento que a comunidade faz de cada um dos seus membros e na memória que deles vai conservando após a sua morte.”* (Ribeiro, 1996:355).

Retorna-se para as cerimónias, sobretudo estivais, que se revitalizaram e acrescentaram, como em todo o contexto europeu (Boissevain, 1992). Os casamentos, que se concentraram no mês de Agosto, esgotam as marcações dos restaurantes com um ano de antecedência e fazem andar num vaivém os fotógrafos, que fixam o mais importante rito de passagem actual, com sequências de torna-viagem, como o leilão da jarreteira. Na boda encontram-se alimentos e bebidas que se distanciam dos que a terra antes produzia¹². A sua frequência, em Agosto, está assinalada no fiapo de tule que muitos dos automóveis transportam neste período estival. Nos cafés, nas ruas e nas festas ouve-se falar línguas estrangeiras, sobretudo entre os jovens. Os santos desfilam carregados de euros nas procissões mas, até há poucos anos, os marcos e os francos juntavam-se aos escudos e pesetas das relações fronteiriças: *“O mundo rural esvazia-se do que era seu e impregna-se do que chega de fora. Perde gente, rebanhos, gado de trabalho, abandona campos e práticas agrícolas seculares, como a estrumação. Ganha incultos, lixeiras, áreas ditas protegidas e incêndios; dispõe de dinheiros como nunca antes: são francos franceses e suíços, cheques da Previdência, subsídios e fundos de Bruxelas, juros dos bancos; maisons, bens de consumo, pubelas e contentores do lixo, tractores e rações.”* (Portela, 1999:49)

Não se fez por igual o desligamento da agricultura, por não ser homogénea a sociedade rural. Tradicionalmente, a estratificação social rural da zona era expressa em três grupos sociais com modos de reprodução diferenciados, assentes na posse da terra, constituindo o capital simbólico e humano um factor de diferenciação: proprietários, lavradores e jornaleiros (O’Neill, 1983)¹³.

(12) Em Soutelinho da Raia, uma mulher de 82 anos comparava o que gastara a casar as filhas, nas décadas de 1970 e 1980, com o casamento de uma neta, no verão de 2005, em que o banquete custou cerca de 15000 euros. Uma outra indicava ter gasto 600 contos (3000 euros) a casar uma filha há 25 anos, enquanto os custos actuais andavam pelos 15000 euros.

(13) Ainda que os mecanismos sociais e simbólicos que operavam nas aldeias, nomeadamente as formas comunitárias, o patrocínio ou as refeições comuns integradas em algumas cerimónias, impedissem a construção de dois pólos, à semelhança do que sucede no contexto alentejano ou andaluz, era clara a percepção de uma sociedade com proprietários, lavradores e jornaleiros.

Nos trajectos do grupo mais baixo da escala social encontramos recorrentemente a emigração, devido à qual mantêm relações muito fracas com o espaço rural, enquanto que os membros dos grupos mais elevados, que saíram com um capital cultural importante e empregos melhor remunerados, guardam com o espaço da aldeia laços mais estreitos, alimentados pelo património fundiário. Uns saíram *por cima*, devido ao capital cultural, outros *por baixo*, porque não puderam ficar. Devido a estas partidas, alteraram-se as práticas produtivas agrícolas. “*Aqui somos todos desiguais*”, diziam a Brian O’Neill os jornaleiros e criados de lavoura em Fontelas, enquanto para os proprietários a assunção da diferença vinha acompanhada duma explicação moral: os pobres eram-no por «*terem vícios*» ou «*muitos filhos*». Só os grupos sociais *do meio* sustentavam que na aldeia havia uma uniformidade na pobreza (O’Neill, 1982).

Para os que provinham de agregados subalternos, a saída foi o recurso às formas migratórias e, se bem sucedidos, “*os cabaneiros, caseiros e outros pobres sem terra viraram ricos, mesmo que tão só à escala local.*” (Portela, 1999:47), ainda que sem conseguirem banir a remissão discursiva revanchista para o lugar de partida na escala social, frequentemente através do «registo escondido» (Scott, 1985) por parte dos elementos dos grupos sociais de topo. No caso dos membros dos estratos mais elevados, o abandono das aldeias levou à integração em funções frequentemente ligadas ao aparelho de Estado e a formas económicas translocais. Em qualquer dos grupos sociais, em virtude da situação da agricultura, os pais incentivam os filhos a partirem: “*Para tanto servem as universidades públicas e privadas, os politécnicos, as escolas profissionais, a formação profissional dos sindicatos, as cunhas, o trabalho assalariado na apanha de fruta em França ou na reconstrução do leste da Alemanha, os favores dos emigrantes, as redes de parentes, compadres e vizinhos*” (Portela, 1999:52).

Primeiro o Brasil e Cuba, desde finais do século XIX, depois Astúrias e Bilbao, seguidas da Alemanha e da França, desde o início dos anos de 1960, receberam uma emigração cujos destinos exteriores aos estados português e espanhol tinha grandes similitudes e o comportamento em torno dela também. Os filhos ficavam nas aldeias quando os pais partiam para trabalhar nas fábricas e no serviço doméstico na Alemanha ou em França, fosse com os avós, fosse como alunos internos em colégios religiosos:

“*Os alemães não levavam os filhos. Quedavam aqui. Os que foram para território espanhol levavam os filhos com eles.*” (Lola Pérez González, nascida em 1965, Mandin, entrevista em 2005)

“O meu irmão foi internado num colégio em Ourense, internado com doze anos, e eu fui internado noutra colégio na província de Ourense com dez anos. Estive um ano com eles na Alemanha, estive lá só a perder tempo, sem escolarizar. Fui de oito com nove. No colégio estive dos dez aos quinze. O meu irmão, num colégio em Ourense e eu noutra colégio internado. Foi o cura que falou neste colégio de religiosos para mim e olha, estava um ali, outro em Ourense, os avós em Mandin e os outros na Alemanha. A situação perfeita! Cinco anos estive assim. Cada três, quatro meses, vínhamos a Mandin e ficávamos a chorar uma tarde. Naquela estrada que vai de Verín a Portugal, eu descia e o do autocarro dizia: «Não vais ter medo?». E eu dizia «Não», mas deixava a correr aquele quilómetro, que não havia praticamente casas e eu tinha que andar quilómetro e meio. (...) Os meus pais estiveram em Estugarda muito tempo, também em Gutenberg.” (Francisco Pérez, viticultor, nascido em 1961, Mandin)

“O meu pai, às vezes comentamos, familiares e amigos, porque não levava a família para lá[Alemanha] e ele disse que não queria que nós aprendêssemos a cultura que havia nesse país, na Alemanha. Sabe, nós estávamos numa ditadura, estávamos baixo dum... Não havia liberdade nenhuma. O meu pai chegou ali e viu que era distinto, que não gostava daquele mundo para os filhos. Queria que os filhos crescessem aqui na aldeia.” (Paquita Fernández Nuñez, 52 anos em 2006, proprietária de empresa em Rabal)

A proximidade linguística, inerente às culturas de orla, demonstra que são razões conjunturais e de oportunidade que conduzem à exaltação ou à invenção das diferenças entre ambos os lados da fronteira, enquanto noutros momentos se salientam as similitudes, se necessário negando ou minimizando as diferenças.¹⁴ Sobretudo nesta zona fértil de Chaves e Verín, as relações transfronteiriças foram densas e constantes, concentrando-se aqui a maior parte da circulação entre Trás-os-Montes e Espanha (Taborda, 1932:28). Os caminhos contribuía para a escolha de um ou de outro lado da fronteira para aceder aos cuidados de saúde, sendo frequente ouvir relatos acerca das dificuldades em aceder aos cuidados médicos devido à inexistência de estra-

(14) O galego, usado em aldeias da raia do lado galego, ainda que arredado do uso político e administrativo pela castelhanização desenvolvida desde os Reis Católicos, servia aos camponeses como forma de contacto restrito, mas igualmente para lhes recordar o quão arredados estavam do conhecimento valorizado e do poder. Ainda que não isolados, estes elementos da «part society» rural detiveram, longamente, alguma auto-suficiência, erodida sucessivamente, o que tornava o bilinguismo indispensável dentro do estado espanhol, que permitia o acesso aos cargos do funcionalismo público.

das, que obrigava à deslocação em burros, em carros de bois ou à procura de médicos onde ficavam mais acessível. Uma dificuldade concomitante de contactos dentro dos Estados respectivos, conjugada com um modo de vida comum e distinto do cidadão, reforça a importância conferida às relações de raia, numa orla de contactos (Taborda, 1987). Essa proximidade é evidenciada em textos publicados em alguns periódicos regionais, bem como em muitos relatos de aldeões. A excentricidade desta região de fronteira, bem marcada já nos anos de 1970 na *décalage* na distância quilométrica real e do mapa entre Trás-os-Montes e Lisboa, conduzia a uma acentuação das relações fronteiriças¹⁵. Até aos anos de 1950, Soutelinho da Raia não tinha ligação a Chaves, salvo um caminho pedonal, que podia só ser percorrido de burro: “*A nossa professora, de Vila Real, tínhamos que ir com um burrinho levá-la a Chaves. Hoje ia eu e outras, amanhã, iam outras. Ia-se a cavalo num burro, assim numas cadeirinhas, sentada como estou, os doentes, assim até Chaves. Não havia caminho, era um caminho de cabras. (...) Abriu primeiro a estrada para Verín e Ourense que para Chaves. Lá fui, fui para Ourense, fiz a operação, que para aqui não se podia. Corria-se a Espanha, acudia-se a Espanha e eram muito bons doutores.*” (Ana Colmenero, Soutelinho da Raia, nascida em 1934)

O mercado, autorizado pelas autoridades em que está delegado o poder central ou à revelia delas, é um lugar de contacto entre aldeões e cidadãos, ga-

(15) Ainda que salientando que, quer em Barroso, quer na Galiza, predomina o sector primário, Paula Lema considera que do lado galego foram melhoradas as condições da agro-pecuária, enquanto no lado português cresceu a marginalização destas zonas periféricas. Assim, a população portuguesa é mais atraída pelo território espanhol e os movimentos em sentido contrário são menos intensos (Lema, 1978:119) No caso barrosão: “A população fronteiriça de Tourém considera-se mais «arejada» do que os habitantes das aldeias barrosãs, mesmo dos que estão próximo da vila, por beneficiar da difusão de informações a partir do território espanhol, de que aqueles estão privados.” (Lema, 1978: 143-4). Na hierarquização relacional, “Podemos considerar que nos movimentos através da fronteira há uma relação entre o comportamento espacial e as distâncias: as deslocações a Randin ou a qualquer das aldeias próximas correspondem a necessidades frequentes, ao passo que «ir a Espanha» é ir a Orense e o motivo da viagem é mais importante – procurar trabalho, consultar o médico ou fazer uma compra excepcional.” (Lema, 1978:127)

legos e portugueses, constituindo igualmente um ponto essencial na extensão de uma rede social¹⁶.

“Na casa da minha avó [Vilarello de Cota], os do pobo de Lamadarcos subiam muito com os figos, com as sardinhas nas cestas. Faziam um trueque, havia trueque de batatas, ou por sardinhas ou por centeio, havia um trueque assim. Havia gente que parava muito em casa da minha avó, desta gente pobre. A minha avó dava-lhes a malga de caldo com o pão de centeio, era o que havia. A gente quando eram de uma certa idade, que já não podiam trabalhar, andavam a pedir esmola, dos dois sítios, era a grande miséria que havia.” (Paquita Fernández Nuñez, nascida em Vilarello de Cota, 52 anos em 2006, proprietária duma empresa em Rabal)

Na Feira dos Santos, em Chaves encontramos anualmente galegos e portugueses. O mercado mensal de Verín congrega os que, nas aldeias da raia portuguesa, precisam de realizar alguma compra. As romarias estivais e as novas festas congregam gente de um e outro lado.

«Quando era solteira, escapava-me. O meu pai não nos deixava dançar. Mas eu tinha a minha irmã, só me leva a mim dous anos. Íamos à Espanha e mesmo a Vilela, a Vilarinho, a Vila Meã. Às vezes íamos todas tranquilas, chegávamos a casa todas satisfeitas, apanhávamos. Outras vezes, que vínhamos com um medo... Uma vez estava o meu pai que Deus tem aqui assim encostado e nós vínhamos da rua, de uma festa. Sabe Deus, sabe Deus! Depois passemos e nem nada. «Sim senhor, hoje correu tudo bem». Outras vezes vínhamos com mais liberdade e depois apanhávamos. Íamos a Tamaguelos, à Virgem del Pilar, aqui em Rabal é o Santo António.” (Teresa de Jesus Silva, Vilarelho da Raia, 75 anos em 2001)

(16) Num registo erudito, o nacionalista Vicente Risco escreve: “Portugal e Galiza –cecais mais exactamente, o Norte de Portugal – eran historicamente o mesmo pobo no tempo en que formaran un-a provinza romana, eran o mesmo pobo baixo a monarquía sueva; eran o mesmo pobo no tempo da reconquista, e principalmente no tempo da formación da sua cultura moderna, sen deixarem de selo por moito tempo, apesares do seu arredamento político. Como que, o que arredou culturalmente a Galiza de Portugal, non foi a independencia deste país, senón feitos posteriores: as empresas marítimas e a introdución da moda renascentista. Estas duas cousas: o Renacemento e as Descobertas.” (Risco, 1936:6) Reconhece que ambos os movimentos são principalmente citadinos e das camadas superiores, mal vistos entre os rurais, que considera personificados no Velho do Restelo.

O período ditatorial em ambos os países está pautado, na raia, por uma lógica distinta da que unirá os Estados¹⁷. O receio dos fortes intercâmbios transfronteiriços aqui existentes, fica bem expresso no facto de ser a zona raiana portuguesa com mais pontos de vigilância da PVDE, a polícia política portuguesa de então¹⁸. Segundo Grandio (2001:1001-02) as vias de fuga à morte passaram por quatro escolhas: a de permanecer escondido em casa (na sua ou noutras), que se revelaria perigosa, já que muitos foram apanhados, detidos e posteriormente *passados*; a de fugir para o campo, alguns dos quais integrando posteriormente os grupos de *maquis*; a incorporação no Exército ou na Falange, visando despertar menos suspeitas e tornando-se os maiores perseguidores dos antigos companheiros; a fuga por via terrestre ou marítima. Todavia, devido à identidade entre o regime salazarista e os sublevados, a passagem por Portugal revelar-se-ia pedregosa ou mesmo dramaticamente assassina para alguns dos que a intentaram e, no Verão de 1936, a fronteira galaico-portuguesa deixou de existir, na prática (Grandio, 2001:1002), devido à colaboração entre os franquistas e o Estado salazarista¹⁹. A perseguição aos *fuxidos*, conhecida na raia, era implacável. Episódios marcados pelo sangue, como o que ocorreu em Vilarelho da Raia em 1939 – com a morte de um jovem português e a violenta *révanche* levada a cabo sobre o guarda civil que o assassinou – ou como o cerco efectuado a Cambedo da Raia em 1946, que

(17) No contexto galego, o Alzamiento de 18 de Julho de 1936, sábado, vai ser seguido no fim da tarde do dia 19, domingo e no dia 20, pelo levantamento de grande parte das guarnições militares, através dos postos intermédios, já que permaneceriam fiéis à república a maioria dos superiores, a que se seguem as tomadas dos Governos Cívicos ou dos concelhos, num curto período de tempo e violentamente (Grandio, 2001:999). Desde então a Galiza ficou integrada no espaço nacional, tornando-se retaguarda do exército franquista. Abrandados no decurso da guerra civil na sua forma expressa, ainda que as similitudes tecessem laços fortes entre as ditaduras, os contactos manter-se-iam, através do contrabando e do acolhimento dispensado nas aldeias portuguesas da zona aos *fuxidos* ao terror franquista.

(18) Em 1933 havia 17 postos fronteiriços, 7 dos quais localizados numa curta fatia entre Portugal e a Galiza: Valença, Vila Nova de Cerveira, Monção, Caminha, Peso (um subposto), Melgaço e S. Gregório (Grandio, 2001:1004).

(19) Ideologicamente, os dois regimes são bastante semelhantes, jogando em ambos a Igreja católica um papel de destaque, com uma repressão acentuada em relação aos oposicionistas. O fascismo italiano era seguido como modelo para a manutenção da ordem, mas fugia-se-lhe no que concernia aos seus laivos laicos. A proclamação da II República em Espanha não fora vista de modo entusiástico pelo regime português e, enquanto durou, só no «Biénio Negro» houve boas relações. Portugal serviu ao exílio dos ultradireitistas como Sanjurjo ou Gil Robles (Grandio, 2001:1004).

culminou em mortes e prisões, demonstram a violência dos Estados, através dos seus representantes locais, contra as relações locais, que faziam tábua rasa da linha fronteiriça.

As guerras suprimem a vida política, a vida social, ou de maneira mais lata, a vida (Agier, 2002:45) e assim será na conjuntura de implantação do franquismo, reflectindo os jornais censurados esse vazio. As perseguições e a repressão foram intensas no novo regime. Os anos que se seguem ao golpe franquista ficam marcados na memória pelas dificuldades de cruzamento da fronteira, com a exigência por parte das autoridades de salvo-condutos para poder lavar e colher nas terras possuídas pelos aldeões da raia do lado oposto ao do país de residência. A permanência de elementos da Falange nas aldeias galegas é persistentemente recordada como aterrorizadora, num e noutro lado da fronteira, contribuindo para uma diminuição dos contactos nos anos que se seguiram a 1936.

“A Espanha estava toda de luto. Não havia uma pessoa que não trouxesse preto. Tudo o que foi preto esgotou tudo, na Espanha. Linhas, roupas, tudo. Coisas de comer também. Eles pagavam de tudo, tinham dinheiro mas não tinham que comer. Tinham dinheiro e então levavam de Portugal, levava-se para lá de tudo.” (Teresa da Conceição, comerciante em Chaves, nascida em 1926, Vilarelho da Raia)

“Íbamos por um quartilho de azeite e chegávamos ao caminho e sacavam-nos os guardas. E um bocadinho de xamón. Inda íbamos a Portugal, porque noutras zonas não havia. Pan, tínhamos que traze-lo encertado si non quitavam-nos no camino. Noutras zonas, por exemplo, a Madrid e isso, não tinham e passavam muita fome.(...) No é que no houbera aqui, no habia en nenhum sítio.” (Esperanza González, nascida em 1935 em Mandin)

Lembrando a situação que ocorreu na sua família e em várias outras em Mandin, Francisco Pérez nota que, ao ficar viúva e com a filha emigrada, a sua avó teve de recorrer ao trabalho de jornaleiros. Todos estes jornaleiros eram portugueses que iam cavar, lavar, ceifar. Eram homens que se deslocavam em *quadrilhas*, que paravam nas tabernas a beber cerveja com gasosa. Esses grupos, de que chegou a contar 15 numa ocasião, eram compostos por jovens vigorosos, mas também por pessoas de mais idade, que atavam os molhos de cereal, e por crianças. Podiam ir até Castela, principalmente a partir de Barroso:

“Lembro-me de pequenino, sim que me lembro, de três, quatro, cinco anos, tudo mesas ao redor aí fora procurando o fresco, e de irem dormir às palheiras só com um

bocado de palha e um cobertor ali no chão. E até aguardente vinham fazer por vezes as pessoas portuguesas. Também era a felicidade de um neno: era dormir com eles até às três da manhã e tomar café ao pé deles, ao pé da fornalha do lume, quando vinham os aguardenteiros. Havia trabalho para muitas pessoas, mas isso mudou, a agricultura, a mãe de Lola [a namorada, presente] e os meus pais à Alemanha, aqui com a emigração interior ficou isto baleiro. Aqui havia três peixarias, deixou de haver nenhuma. Claro que se levava o peixe para lá e de lá vinha tudo. Depois lembro-me que vinham também sardinha – com a Tia Carmelinda da Perna Marota. Era tudo ao fiado. Repara bem como se conheciam, que ficava tudo a pagar ao mês seguinte (...) Eu ia levar o peixe, repara, uma criancinha levar o peixe a uma aldeia portuguesa, ai Deus meu. Hoje, se uma criancinha tua vai trabalhar, não que horror, que a roubam, não que lhe podem fazer mal. Mas então os que mercavam eram famílias que eram conhecidas. Levava lá e comia lá, davam-lhe a comida lá. E que exploração infantil mais linda!” (Francisco Pérez, vitivinicultor, nascido em 1961, Mandin)

As décadas de 1950 e 1960 ficarão marcadas pela plenitude de ocupação das terras, a que se seguiu um intenso êxodo rural.

“Então, era quando iam os clandestinos para Espanha. Eu tinha ali um espanhol muito meu amigo, ainda hoje tenho, era o dono da bomba de gasolina de Feces, e tinha um senhor em Vila Real, também muito sério, lá combinamos trabalhar os três. Eu ia de noite, às 2 e às 3. Quando a gente precisa não tem medo de nada, de nada. Eles eram muito sérios, nunca tivemos um azar, os nossos clandestinos foram sempre daqui à França.” (Teresa da Conceição, comerciante em Chaves, nascida em 1926, Vilarelho da Raia)

As migrações rurais que esvaziaram os campos e incharam as grandes cidades, num processo que acelerou, como se viu, desde os anos 1950, tornaram ainda mais periféricos os territórios de fronteira, cujas aldeias ocas não vêm conseguindo recuperar os efectivos demográficos, salvo na ritualidade e no lazer de Agosto, na Páscoa e no Natal²⁰. As novas condições locais nas

(20) O esvaziamento actual, com as aldeias a restaurarem-se demograficamente só a título episódico em momentos rituais significativos, é bem distinto da situação estudada na década de 1970 por Paula Lema, em Tourém, aldeia barrosã encravada na Galiza, no sentido de avaliar a força do contacto fronteiriço e o seu efeito na organização do espaço e da sociedade (Lema, 1978:10).

povoações da raia não propiciam a reprodução da rede social anterior, nem o estreitamento de relações dela resultante, agora em invenções de quotidiano desgarradas, mercê das alterações económicas e da nacionalização acentuada através do aumento do percurso escolar²¹.

O desvanecimento da fronteira nas zonas raianas, devido à inserção na União Europeia, significou um conjunto alterações, lidas localmente como perdas, uma «*catástrofe imediata*» (Guichard, 2001:12), por partirem os guarda-fiscais e suas famílias, por se ter atenuado o comércio local, por ter diminuído o número de crianças que iam à escola:

“Esta coisa de acabar com as fronteiras foi um desastre, já depois do 25 de Abril. Um desastre total. Para o pequeno e médio lavrador, para as pessoas que não tinham do que sobreviver, não tinham reformas, rendimentos, viviam do trabalho. Então nas zonas fronteiriças, foi fatal. Porquê? Porque (...) ia ali a Feces e trazia uns chinelos para uma vizinha, um frasco de perfume para outra, um baralho de cartas para outra e chegava ao fim do dia, ganhava cem escudos, tinha que comer. E sustentava os filhos. Ia lá todos os dias. A gente aqui vivia de muita coisa de Espanha, ainda vendemos hoje o calçado. Vinha de lá muita coisa para as pessoas poderem sobreviver. O café foi toda a vida para lá. O café, o bacalhau, foi toda a vida para lá. Foi uma coisa de primeira qualidade que temos cá em Portugal. (...) Nessa altura, havia umas mulherzinhas aqui em Feces que iam com o café, e ganhavam cinco pesetas em quilo. Cinco pesetas eram qualquer coisa naquela altura. Eles fizeram uma vida boa com esse contrabando. (...) Quando abriram completamente, fez muita falta para a zona fronteiriça.” (Teresa da Conceição, comerciante em Chaves, nascida em 1926, Vilarelho da Raia, entrevistada em Agosto de 2003)

(21) A mesma mudança detectada em Minot por Françoise Zonabend (1989), com a partida dos jovens, o aumento do seu percurso escolar e a mobilidade propiciada pelos modernos meios de transporte, verifica-se também em Vilarelho, Cambedo e nas outras aldeias da zona. Essa possibilidade de circulação motorizada condu-los cada para mais longe, distanciando-os do outro próximo da fronteira: “As novas vias e os carros, novos ou em segunda mão, também permitem aos habitantes rurais uma mobilidade espacial intensa, inclusive viagens pendulares diárias entre a casa e o trabalho.(...) O mundo rural, se ainda é mundo, é, por outro lado um mundo cada vez mais dependente da nação, e esta, da Europa e do resto do mundo, que é hoje muito global. Dependente do trabalho algures, dos contributos da segurança social, dos fundos comunitários, dos investimentos externos, das decisões políticas distantes.” (Portela, 1999:50).

“Quem arruinou as fronteiras foi a abertura. Toda esta juventude que estava em Lamadarcos, marchou tudo, foi-se embora. Uns que foram para a Suíça, outros que foram para a França. A emigração antes foi uma e depois foi outra. Noventa e um, noventa e dois e noventa e três.” (David Fernandes, nascido em 1950 em Lamadarcos, antigo guarda-fiscal)

As normas legais dentro de cada um dos territórios confinantes conduzem a quotidianos distintos e as populações que convivem num mesmo nicho ecológico e social têm de confrontar-se com factos tão simples e significativos como a mudança da hora em relação a uma outra povoação que fica a 200 metros, com a mudança da língua oficial, com um menor ordenado mínimo ou um inferior subsídio de desemprego, com preços diferentes para os produtos, com outras verdades oficiais aprendidas na escola, vários feriados distintos, incorporações em exércitos diferentes e, até há poucos anos, com moedas distintas.

A utilização convivial da noite, bem como o horário das refeições mais tardio do lado espanhol, apontados pelos aldeões do lado português, marcam a diferença, introduzida pela integração em unidades políticas distintas, entre pessoas separadas por duzentos metros de terra e uma linha induzida a partir de marcos com um P e um E. Unidos no distanciamento do modo de vida anterior, associado à agricultura, envelhecidos de ambos os lados, os ritmos respectivos descontinuaram-se. Adequando-se a um novo horário, que superou o anterior, associado ao trabalho agrícola, de sol a sol, os aldeões da fronteira ajustaram-lhe as práticas do seu quotidiano e afastaram-se.

Na actualidade, parece-se intuir-se que ao afastamento da vida rural anterior se fará seguir um retorno ao campo, em moldes diversos, assumindo neste momento uma dimensão ritual, eventual e patrimonializante, que re-significou elementos anteriores, em que começam a delinear-se estratégias neo-rurais, por enquanto meramente episódicas. De um lado e doutro da fronteira crescem associações variadas, estruturas de mediação que agem sobre uma raia despovoada, com mais frequência ligadas às entidades de cada um dos Estados que com ligação entre si, sejam elas de jovens agricultores, de produtores florestais, de protecção da natureza e defesa do ambiente, de artesãos, centros socio-culturais e recreativos, ainda que *“todo este fervilhar organizativo sucede quando, e porque, em vastas áreas o meio rural é já uma desolação. Os jovens já de lá saíram, pelo menos mentalmente.”* (Portela, 199:55).

Há sinais contraditórios nesse mundo rural que agora ainda se apresenta oco. Em Soutelinho da Raia, alguns agricultores aproveitaram o incentivo ao abandono de actividade, arrendando as terras que anteriormente cultivavam a jovens que se muniram do curso necessário para tal. Em Cambedo da Raia, um jovem agricultor, com auxílio de fundos comunitários, instalou uma vacaria. O mesmo fez em Lamadarcos um outro, que vende a sua produção de leite a uma empresa espanhola. Também aqui uma vizinha, duma família de proprietários, anteriormente empregada de escritório, conseguiu financiamento para um projecto da agricultura biológica. Em Vila Frade, dependente de Lamadarcos, um grande proprietário, à escala local, vendeu uma parte das terras a um espanhol e outra ao filho de um antigo caseiro, que aí desenvolvem projectos ligados à agricultura. Na zona de Verín, nos concelhos de Castrelo do Val, Monterrei, Oimbra e Verín, abrangidos pela denominação de origem Monterrei, constituída em 1996, a vitivinicultura atinge uma extensão de 3000 hectares, com as castas Dona Branca, Godello, Treixadura e Palomino para os vinhos brancos e as Gran Negro, Merenzao, Mencía e Garnacha Tintorera para os tintos (Ledo Cabido, 2005:40). O castanheiro, de boa rendibilidade e sem grande necessidade de trabalho, ajusta-se aos que se encontram fora e às novas necessidades, enquanto que as culturas cerealíferas se mantêm, nas zonas em que a mecanização é possível, enquadrando-se nas vidas das famílias pluriactivas (Rodrigues, 1996). Um importante mercado de trabalho local do lado português passa pelas povoações galegas, seja na viticultura na zona de Verín e Monterrei, seja em pequenas indústrias e no comércio, nuns casos como assalariados com contrato, noutros numa base mais precária, que atinge sobretudo as mulheres (Godinho, 2011).

O que distancia os vizinhos dum e doutro lado, mais uma vez manipulando a plasticidade da fronteira, pode ser exacerbado em momentos-chave, sempre capitalizando essa maleabilidade a favor dos interesses de grupos corporativos – a «casa», a «aldeia». «Nós», os raianos, os «raiotos», servem como construção identitária, à revelia e em resistência à esfera dos estados, replicando longamente o discurso camponês contra a centralidade do poder. A fronteira contribui para a definição dos grupos, essencial nos processos de identificação. Conveniências episódicas, ganhos a maximizar ou riscos a minorizar, levam contudo à assunção da diferença como conveniente.

BIBLIOGRAFÍA

ALVAREZ JUNCO, José (2002) "The Formation of Spanish Identity and Its Adaptation to the Age of Nations", *History and Memory* (Spanish Memories: Images of a Contested Past), vol. 14, nº ½, Fall 2002, pp.13-36.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996) "Declínio de um tempo longo", in Joaquim Pais de Brito *et al.*, *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, p. 33-75.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (2004) "Espanha e Portugal: um século de questão agrária", in Dulce Freire, Inês Fonseca e Paula Godinho (coord.) *Mundo Rural - Transformação e Resistência na Península Ibérica (Séc. XX)*, Lisboa, Colibri, pp. 15-54.

BENSA, Alban (2006) *La fin des exotismes - Essais d'anthropologie critique*, Toulouse, Anarcharsis.

BOISSEVAIN, Jeremy (coord.) (1992) *Revitalizing European Rituals*, London, Routledge.

CARBAJO, Primitivo (1993) "Europa pon fin a cinco séculos de raia seca – Adeus ao Contrabando", *Cadernos a Nosa Terra*, nº 16, Julho, pp. 48-51.

CAVACO, Carminda (coord.)(1995) *As regiões de fronteira – Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

COSTA, Eduarda Marques da, "O desenvolvimento local de Chaves: condições e perspectivas", in CAVACO, Carminda (coord.)(1995) *As regiões de fronteira – Inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 299-317.

CRISTÓVÃO, Artur (1999) "Ambiente e desenvolvimento em áreas rurais marginais: o caminho tortuoso para uma relação potencialmente frutuosa", in 1º *Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais*, Cd-rom, Instituto Politécnico de Bragança/Instituto Universitário de Estudios e Desenvolvimento de Galicia/Universidade de Santiago de Compostela.

ENA ÁLVAREZ, Marisa; REBOLLO TORÍO, Miguel A. (1996) "A propósito del término «raya»", in Juan M. Carrasco Golzález e António Viudas Camarasa (ed.) *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera, II vol.* Cáceres, Universidad de Extremadura, pp.313-326.

FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo (1992) *Labregos con ciencia -Estado, sociedade e innovación tecnoloxica na agricultura galega, 1850-1939*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia.

GARCIA GARCIA, José Luis (1991) "Discursos y fronteras: límites físicos, límites sociales y límites mentales" in *Actas do Simpósio Lindeiros da Galeguidade I*, Santiago, Consello da Cultura Galega, pp. 55-65.

GODINHO, Paula (1995) "O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana", *A Trabe de Ouro*, Tomo II, Ano VI, Abril-Xuño, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 209-222.

GODINHO, Paula (2003) "Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema", CD-Rom *Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*, Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, Bragança, 23-4 Outubro de 2003.

GODINHO, Paula (2004) “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, pp. 157-227.

GODINHO, Paula (2005a) “Confiscação de memórias e retroação discursiva das elites: um caso na raia galaico-portuguesa”, *Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos: poder, cultura y mercado*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilha, Setembro de 2005;

GODINHO, Paula (2005b) “Nações na fronteira: patrimonializações na raia galaico-portuguesa”, *Patrimonio cultural: politizações e mercantilizações*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilha, Setembro de 2005;

GODINHO, Paula (2006) *O leito e as margens - Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, Lisboa, Colibri.

GODINHO, Paula (2009) “Entre Chaves e Verín: da fronteira útil à fronteira fútil” in Eusébio Medina e Javier Marcos, ed. *Fronteras, Patrimonio y Etnicidad. Procesos de Construcción de la Identidad en Iberoamérica*, Badajoz, Universidad de Extremadura.

GODINHO, Paula et al., ed. (2009), *Portugal e Espanha – Entre discursos de centro e práticas da fronteira*, Lisboa, Colibri.

GODINHO, Paula (2011) «Oír o galo cantar dúas veces» -Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia, Ourense, Imprenta da Deputación.

GODINHO, Paula (2013) “Usos e direitos comuns, resistência e zonas de refúgio: os povos e os Estados na delimitação da fronteira entre Portugal e Espanha no séc. XIX” in José Neves (org.) *Da Economia Moral da Multidão à Arte de Não Ser Governado - E.P.Thompson e James C.Scott na Ibéria*, Casto Verde, 100Luz, pp. 19-37.

GODINHO, Paula(2017) “Liminalités, fissures et réécritures : un événement à la frontière entre le nord du Portugal et la Galice”, *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine de 1808 au temps présent*, n° 18, Printemps, Paris, <http://ceec.revues.org/6495>, ISSN électronique 1957-7761

GODINHO, Paula (2017) “Travail, migrations et frontière au nord du Portugal/Galice: de la coopération agricole aux changements actuels”, *Cahiers de L'URMIS*, n° 17, Julho, Paris: <http://urmis.revues.org/1511>, ISSN électronique 1773-021X.

GODINHO, Paula (2017) “Das unidades de análise no estudo das fronteiras: escalas de um caso ibérico”, in Cesar Rina, ed. *Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica*, Cáceres, Universidad de Extremadura: 309-324, ISBN: 978-84-9127-004-1, <http://mascvuex.unex.es/ebooks/sites/mascvuex.unex.es/mascvuex.ebooks/files/files/file/9788491270041.pdf>

GODINHO, Paula (2017) “Frontières physiques, frontières imaginaires: approche processuelle et culture de frontière entre le nord du Portugal et la Galice”, in Beyza Ç.

TEKİN & Didem DANIŞ (Dir.) *Visions croisées autour des frontières européennes : mobilité, sécurité et frontières*, Editions de l'Université Galatasaray, Istanbul, 2017: 29-44, ISBN 978-975-8400-38-6

GODINHO, Paula GODINHO, Paula (2017) *O futuro é para sempre – Experiência, expectativa e práticas possíveis*, Lisboa/Santiago de Compostela, Letra Livre/Através Editora; ISBN: 978-989-8268-37-2

GODINHO, Paula, com Heriberto Cairo *et al* (2018) *Rayanos y forasteros: fronterización e identidades en el límite hispano-portugués*; Madrid, Plaza y Valdez.

GÓMEZ SÁNCHEZ, Anxo (1996) "A fronteira galego-portuguesa na *Revista Gallega*" in Juan M. Carrasco Golzález e António Viudas Camarasa (ed.) *Actas del Congreso Internacional Luso-Español de Lengua y Cultura en la Frontera, II vol.* Cáceres, Universidad de Extremadura, pp.371-388.

GUICHARD, François (1997) "La dimensión transfronteriza o la historia confrontada con lo económico y lo político: Galicia/Portugal" in LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo; LOIS GONZÁLEZ, Rubén; GUICHARD, François (coord.) *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 35-45.

GUICHARD, François; LÓPEZ-TRIGAL, Lourenzo (ed.) (2000) *La frontera Hispano-Portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.

GUICHARD, François; LÓPEZ-TRIGAL, Lourenzo; MARROU, Louis (ed.) (2000) *Itinerarios Transfronterizos en la Península Ibérica*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.

GUICHARD, François; RAMOS, Luís; SILVA, Francisco; PEREIRA, Maria; PIWNIK, Marie-Helène (2001) *O Contrabando e outras histórias*, Porto, CENPA/FLUP.

GUICHONNET, P.; RAFFESTIN, C. (1974) *Geographie des frontières*, Paris, PUF.

KAVANAGH, William (1991) "Fronteras simbólicas y fronteras reales" in *Actas do Simpósio Lindeiros da Galeguidade I*, Santiago, Consello da Cultura Galega, pp. 67-72.

LEMA, Paula Bordalo (1978) *Tourém – Uma aldeia raiana do Barroso*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

LÍSON TOLOSANA, Carmelo (1973) "La casa en Galicia", *Ensayos de antropología social*, Madrid. Ayuso: 109-164.

LÍSON TOLOSANA, Carmelo (1983) *Antropología cultural de Galicia*, Madrid, Akal, (1ª ed. 1971).

LÍSON TOLOSANA, Carmelo (1997) *Las Máscaras de la Identidad – Claves antropológicas*, Barcelona, Ariel.

LOIS GONZÁLEZ, Rubén Camilo (1997) "El eje urbano atlántico. Galicia-Norte de Portugal", in LÓPEZ TRIGAL, Lorenzo; LOIS GONZÁLEZ, Rubén; GUICHARD, François (coord.) *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 137-141.

LÓPEZ, Edelmiro (1999) "Os déficits estruturais do sector agrário galego e o problema da mobilidade da terra" in *1ª Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais*, Cd-rom, Instituto Politécnico de Bragança/Instituto Universitario de Estudios e Desenvolvimento de Galicia/ Universidade de Santiago de Compostela.

NOBRE, Sílvia; PORTELA, José (1999) "De camponeses transmontanos a pensionistas europeus. Notas sobre o velho e o novo residente rural em Trás-os-Montes" in *1ª Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais*, Cd-rom, Instituto Politécnico de Bragança/Instituto Universitario de Estudios e Desenvolvimento de Galicia/ Universidade de Santiago de Compostela.

PORTELA, José (1999) "O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 39 (1-2), pp.45-65.

RAFFESTIN, C. (1990) "La frontière comme représentation: discontinuité géographique et discontinuité idéologique", *Limite et Region. Étude des Phénomènes transregionaux*, Cahiers Géographiques, 3, Dep. Géographie, Univ. Genève, pp. 17-26.

RAFFESTIN, C. (1993) "Autour de la fonction social de la frontière", *Espaces et Sociétés*, 70-71, pp. 157-164.

RAUTENBERG, Michel, *et al.* (2000) *Campagnes de tous nos désirs*, Paris, Ed. Maison des Sciences de L'Homme.

RIBEIRO, Manuela (1996) "A terra e os camponeses no Barroso", in Joaquim Pais de Brito *et al.*, *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, p. 343-357.

RIBEIRO, Manuela (1997) *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.

RICO BOQUETE, Eduardo (1995) *Política florestal e repoboações en Galicia (1941-1971)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

RODRIGUES, Orlando (1996) «A mudança no espaço rural nas zonas marginais : o caso da Terra Fria Transmontana », in Joaquim Pais de Brito *et al.* (dir.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, IPM/Ministério da Cultura, pp. 385-395.

SINEIRO GARCIA, Francisco (1999) "Reflexions sobre a situación actual e a evolucion recente de la agricultura galega", in *1º Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais*, Cd-rom, Instituto Politécnico de Bragança/Instituto Universitário de Estudos e Desenvolvimento de Galicia/Universidade de Santiago de Compostela.

TABORDA, Vergílio (1932) [1987] *Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte.

WILSON, T. M.; DONNAN, H., ed.,(1994) *Border Approaches: Anthropological perspective on Frontiers*, Lanham, University Press of America.

WILSON, T. M.; DONNAN, H., ed. (1998) *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*, Cambridge, Cambridge University Press.

WILSON, T. M.; DONNAN, H. (1999) *Borders: Frontiers of Identity, Nation and State*, Oxford/New York, Berg.

ZONABEND, Françoise (1980) *La memoire longue - Temps et histoires au village*, Paris, PUF.